

Thiago Henrique Desenzi¹ |

Desenvolvimento no Peru pós-Fujimori: perspectivas sobre o papel da participação cidadã institucionalizada no crescimento econômico e social peruano

RESUMO

Após a queda do regime ditatorial de Alberto Fujimori, assistimos a consolidação de uma série de reformas político-institucionais no Peru, dando início a uma ampla melhora quanto a seus indicadores econômicos e sociais. Em sua dimensão econômica podemos destacar um crescimento amplo da produção entre os anos de 2000 e 2012, fato que permitiu o financiamento de diversos pontos de uma agenda positiva, incluindo maior acesso aos serviços sociais básicos e a redução da pobreza em termos absolutos. Tais reformas buscavam dar solidez ao processo de desenvolvimento, confrontando o histórico quadro de fragilidade política do sistema peruano, tendo por base central políticas de descentralização e participação cidadã. Dentro deste quadro, buscamos neste artigo tecer um relato sobre os caminhos do desenvolvimento econômico e social do país, à luz do desenvolvimento político-institucional, no período 1990-2014, tendo como base as teorias do desenvolvimento e da descentralização, e a participação cidadã.

Palavras-chave

Descentralização; Peru; Desenvolvimento; América Latina.

ABSTRACT

After the fall of the dictatorship led by Alberto Fujimori, we saw the consolidation of a series of political-institutional reforms in Peru, which in turn set the stage for a broad-based improvement in that country's economic and social indicators. On the economic front, one should highlight the growth in production across the board that took place between 2000 and 2012. This in turn enabled the financing of a number of items on a positive agenda, including providing greater access to basic social services and reducing poverty in absolute terms. These reforms sought to give the process of development a more solid foundation, facing Peru's historical political weaknesses head on, primarily through decentralization and citizen participation. With this in mind, the article has tried to prepare a report that clearly shows the paths to economic and social development that Peru chose, from a political-institutional development perspective, in the period between 1990 and 2014, which were based on theories of development and decentralization, and citizen participation.

Keywords

Decentralization; Peru; Development; Latin America

1. Possui graduação em engenharia civil, pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2005), e em sociologia e política (2014) pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP). É pós-graduado em gestão e políticas de cultura (2007) pela Universidade Metodista de São Bernardo do Campo. Atualmente cursa o mestrado no programa de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do ABC.

Introdução

Assim como os demais países latino-americanos, o Peru foi atingido em cheio pelas premissas estabelecidas pelo Consenso de Washington. As palavras-chave foram desregulamentação da economia e privatização do Estado, a partir de um enfoque que o tamanho do Estado desenvolvimentista viria a ser o motor dos problemas econômicos e sociais desses países. O cenário potencializou ainda mais tais dinâmicas: a hiperinflação² e a crise das instituições do governo, somadas às ações do grupo terrorista³ Sendero Luminoso, pavimentaram o caminho para ascensão de Alberto Fujimori ao poder (MURAKAMI, 2007), confluindo em abril de 1992 no chamado “autogolpe” conjunto às forças armadas, ampliando ainda mais os poderes de Fujimori.

Como resultado, as políticas econômicas ortodoxas neoliberais deram a tônica das ações desse governo autoritário. Tais políticas controlaram com sucesso a inflação em um curto espaço de tempo, como também retomaram a trajetória de crescimento econômico após vários anos de estagnação. Contudo, não repetiram o mesmo sucesso com os indicadores sociais, mantendo o índice de pobreza em cerca de 50% da população.⁴ Assim, com a fuga do capital internacional após a crise asiática de 1997, a economia peruana apontou para seus limites estruturais novamente, e dentro de um amplo cenário de desconfiança política, a partir de escândalos de corrupção, o governo foi deposto em 2000.

A amplitude da crise das instituições políticas a partir da percepção social foi a base de sustentação da implementação das reformas de descentralização, que traçariam novas divisões de governo subnacional, bem como a previsão constitucional de mecanismos de *accountability* a partir da participação popular. Conforme aponta Albuquerque (2004), as tensões quanto à adaptação à crise e reestruturação econômica têm nos mecanismos de descentralização um atenuador, verificado amplamente no contexto latino-americano.

O período que se sucede é marcado pela estabilidade democrática no Peru, mesmo dentro de um panorama de fragilidade de seus quadros políticos e instabilidade de suas novas esferas de governo e participação popular. Contudo, tal período também coincide com a crescente econômica dos países latino-americanos. Assim, a alta dos preços das *commodities* internacionais alavanca o crescimento do Peru a taxas superiores a 5%⁵ ao ano — foi o país da região que cresceu a taxas mais aceleradas (IPEA, 2013). Tal crescimento veio acompanhado de uma ampla melhoria nos indicadores sociais, atingindo o menor índice de pobreza e pobreza extrema da histórica do país. Entretanto,

2. A inflação anual de em 1990 foi de 7,481%, de acordo com dados do Banco Mundial.

3. O termo terrorista é atribuído a grupos que, por meio de atentados feitos com o objetivo de despertar a consciência popular, buscam derrubar um governo acusado de manter-se por meio do terror. (BOBBIO, MATTEUCCI e PASQUINO, 2013).

4. Conforme dados da Cepal <http://www.cepal.org>. Acesso em: 06/12/2014.

5. Exceto no ano de 2009, quando o crescimento real do PIB peruano foi de 0,9% (IPEA, 2013).

assim como as demais economias da região, o Peru dá sinais quanto aos problemas estruturais que limitam a continuidade desse crescimento, tendo em vista a manutenção da dependência do cenário internacional.

Considerando esse panorama, vamos buscar, neste artigo, compreender a forma do processo de desenvolvimento no Peru entre 1990-2014, de forma a entender os mecanismos econômicos que possibilitaram tal dinâmica, bem como o modo que os indicadores sociais puderam se beneficiar desse processo, de forma a verificar se o mecanismo de desenvolvimento do Peru apresenta balizas sustentáveis de médio e longo prazo.

A divisão das seções a seguir vai obedecer a tipologia de governo no período — sendo autoritário de 1990-2000 e democrático de 2000-2014 —, tendo em vista que este artigo busca conferir percepções acerca do tema em caráter amplo, não tendo por objetivo a explicitação das ações de cada um dos presidentes em específico.

1. Alberto Fujimori e a Agenda Neoliberal (1990-2000)

O discurso que conduz Fujimori ao poder se apoia na crítica aos partidos políticos tradicionais, o colocando como um técnico capaz de tirar o país da calamitosa situação em que se encontrava.⁶ Sua política foi marcada pelo controle da inflação, ajustes estruturais, liberalização da economia e privatizações do setor público.

De acordo com Yusuke Murakami (2007), após as imediatas políticas de choque⁷ que buscavam combater o quadro hiperinflacionário, foram tomadas as medidas que liberalizavam a economia do país, abrindo seu mercado para o capital internacional. Para manter um equilíbrio orçamentário, o governo centrou suas ações no corte e rígido controle dos gastos públicos, passando inclusive a proibir a emissão de títulos da dívida. Estes seguiam à risca a cartilha neoliberal disseminada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), no sentido de ampliar as possibilidades de receber investimentos financeiros internacionais.

Cabe salientar que a população peruana conferiu apoio mesmo às medidas mais drásticas tomadas pelo governo em relação à economia, inclusive quanto à dissolução do Congresso no “autogolpe” de 1993, delineando tal processo político liderado por Fujimori como o “neopopulismo liberal”.

Tal período, até o ano de 1997, contou com um amplo acesso ao capital financeiro internacional, que, juntamente com o processo de privatizações e dentro da desregulamentação do mercado com ajuste fiscal do governo, possibilitou um crescimento substancial da economia, bem como um equilíbrio macroeconômico e fiscal das contas públicas. Tal trajetória pode ser constatada na tabela a seguir.

6. “Esse colapso foi atribuído ao APRA, o partido do governo desde 1985. Em 1990, o terrorismo tinha se estendido a maior parte do território peruano e representou uma ameaça real para a sobrevivência da democracia. Este perigo, junto com a perda de popularidade dos intervencionistas, pró-ideologias do governo, abriu a porta para uma reação extrema em favor das ideias liberais” (BARACAT, FINGER *et al.*, 2013, p. 17)

7. Eliminação do controle de preços junto ao setor privado e reajuste dos preços do setor público.

Tabela 1. Inflação anual e crescimento do PIB

Ano	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Inflação anual (%)	7481	409,5	73,53	48,58	23,74	11,13	11,54	8,56	7,25	3,47	3,76
Crescimento PIB (% anual)	5,14	2,17	0,43	4,76	12,82	8,61	2,52	6,86	-0,66	0,91	2,95

Fonte: Banco Mundial.

Também na Tabela 1 podemos verificar que as políticas de choque contra a inflação adotadas por Fujimori foram amplamente efetivas, e rapidamente puderam fazer cair tal indicador, e somadas ao processo de crescimento econômico se mantiveram controladas ao longo de todo período de governo.

O processo de liberalização da economia e desregulamentação do mercado atingiu em cheio o setor industrial, pois dentro dos parâmetros de políticas protecionistas anteriores tal setor perdeu a competitividade no mercado internacional, e com o avanço das importações, passa a ser amplamente prejudicado.

O processo de privatização também foi amplo nesse período — cabe salientar que ao final do primeiro ano de mandato de Fujimori haviam 223 empresas de propriedade do Estado⁸, atuando em setores estratégicos tais como eletricidade, mineração e petróleo. Dessas, aproximadamente 150 empresas foram transferidas do setor público para o setor privado, majoritariamente por meio da venda de ações e ativos. Tal política enfraqueceria a capacidade de interferência do Estado na economia, em consonância com as premissas neoliberais; entretanto, no período de 1991 a 2002, injetou uma quantia de cerca de US\$ 9,2 bilhões na economia peruana,⁹ algo equivalente a 40% do valor total do PIB em relação ao ano de 1990.¹⁰

De acordo com Ariela Ruiz Caro (2002), a obtenção de recursos para cumprir as metas fiscais definidas pela agenda neoliberal veio a sobrepor qualquer outra meta e, desta forma, os indicadores sociais não fizeram parte dessa agenda, conferindo assim uma taxa de pobreza que atingiu cerca de 50% da população e uma taxa de indigência que alcançou aproximadamente 25% da população.

O índice de desemprego médio de 8 a 9% da população peruana se configura como baixo, contudo faltam dados confiáveis para o período, conforme aponta o próprio Ministério de Economia e Finanças do Peru. Em relação às motivações desse percentual, destacamos abaixo:

A baixa taxa de desemprego é explicada pela falta de um seguro desemprego, baixa renda e de bens dos trabalhadores, fatores que restringem a busca das melhores opções profissionais e o prazo para inserção no mercado de trabalho. Pressões para empregar-se no prazo mais rápido predominam sobre os trabalhadores peruanos, principalmente em áreas rurais onde são poucas as oportunidades de trabalhos e a maioria dos trabalhadores estão em situação de pobreza. (NUNURA e FLORES, 2001, p. 13)

8. Conforme dados da Comisión de Promoción de la Inversión Privada – COPRI.

9. “De fato, se estima que dois terços do total de investimentos estrangeiros se originou de um modo direto como consequência do processo de privatizações” (CARO, 2002, p. 10).

10. O PIB peruano no ano de 1990 foi de US\$ 25 bilhões de acordo com dados do Banco Mundial.

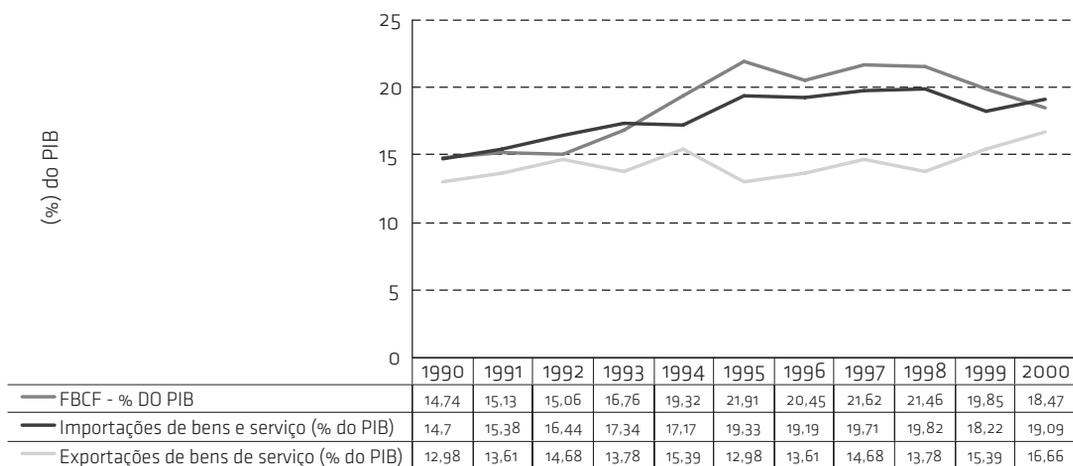
Dentro das perspectivas teóricas de Celso Furtado (2007), podemos constatar o padrão latino-americano de sociedade, que vem a possibilitar o crescimento de uma parcela da população sem que necessariamente haja uma inclusão da parcela mais excluída socialmente — conforme aponta tal autor, a parcela social cresce não apesar da existência dessa ampla camada pobre da população, mas necessariamente devido à existência desta população. Os avanços econômicos nesse período não alteraram a relação da massa salarial em relação ao PIB, bem como também não alterou substancialmente as taxas de informalidade trabalhista, que aprofundavam ainda mais os problemas de exclusão social.

As promessas do Estado mínimo disseminadas pelo Consenso de Washington de possibilitar ao Estado concentrar os investimentos nas áreas essenciais, como segurança, saúde e educação, não foram cumpridas, tal como observado na maioria dos países latino-americanos, consolidando paralelamente uma premissa privada sobre a esfera pública como agente central de investimento.

Uma das consequências centrais desse processo foi a concentração de capital em certos núcleos produtivos da indústria peruana, o que vem a ser um dos elementos centrais no processo de expansão econômica que se verifica até a presente data. Se, por um lado possibilitaram a ampliação dos indicadores econômicos, por outros ampliaram a dependência do Peru em relação ao cenário internacional, não contribuindo de forma substancial com a ampliação do mercado interno, elemento central da consolidação de um modelo de crescimento econômico sustentável no médio e longo prazo (JIMÉNEZ, 2009).

Tal como aponta o amplo estudo de Infante e Chacaltana (2014), o aprofundamento do caráter primário exportador da economia peruana, a partir da expansão do setor de serviços, bem como da transformação do setor industrial, confere uma maior dependência dos insumos e tecnologias importadas. Observando o Gráfico 1, podemos constatar que a balança comercial de bens e serviços do país apresentou índices mais negativos durante o período de governo de Fujimori — fato este que corrobora a afirmação de Infante e Chacaltana — somados ainda ao dado referente à Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), que, de acordo com Ernani Teixeira Torres Filho e Fernando Pimentel Puga (2006), refletem em sua aceleração frente ao PIB um elemento central para verificação de taxas de crescimento mais elevadas nos anos subsequentes.

Gráfico 1. FBCF, importações e exportações



Fonte: Banco Mundial.

Podemos constatar, a partir do gráfico acima, que a FBCF durante o período teve um crescimento substancial até 1995; entretanto, a crescente taxa de Investimento Estrangeiro Direto (IED), ilustrada na Tabela 2, não foi suficiente para manter a trajetória ascendente, confirmando aparentemente a hipótese de crescimento não sustentável em médio e longo prazo de Jiménez Félix, na qual uma balança comercial negativa viria a corromper as balizas de crescimento da economia peruana.

Tabela 2. Investimento estrangeiro direto, entradas líquidas

Ano	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
IED (% do PIB)	0,16	-0,02	-0,23	2,30	7,70	5,01	6,53	3,80	3,05	3,96	1,60

Fonte: Banco Mundial.

De acordo com Infante e Chacaltana (2014), a má distribuição do excedente do capital acabou tendo efeitos negativos na demanda agregada, e consequentemente no desempenho macroeconômico. A massa salarial no período não apresentou substanciais melhorias, bem como o percentual de trabalho informal — em cerca de 60%¹¹ da massa de trabalhadores — acabou por não consolidar um mercado consumidor próprio, dinamizando então no médio prazo uma crise econômica, potencializada pela fuga dos capitais após a crise asiática de 1997. Desta forma, os problemas estruturais da economia peruana se tornaram visíveis.

Cabe salientar, conforme apontamos anteriormente, que a busca do cumprimento das metas fiscais foi observada veementemente. Desta forma, há uma

11. De acordo com dados do Ministério da Economia e Finanças do Peru. www.mef.gob.pe. Acesso em: 08/12/2014.

substancial melhora das bases econômicas peruanas, tal como uma queda de cerca de 30% da dívida externa em relação ao PIB no período. Outro ponto a salientar, que vai ao encontro do entendimento de Williamson quanto às crises latino-americanas, pode ser verificado na aplicação do câmbio flutuante no Peru. Segundo esse autor: “A maioria das crises nos mercados emergentes nos anos recentes resultou das tentativas de defender taxas de câmbio mais ou menos rígidas” (WILLIAMSON, 2003, p. 4). As taxas observadas no período da relação entre o dólar e o sol peruano não apresentam variações substanciais, se configurando como benéficas à exportação em detrimento das importações necessárias, fato este que também impulsiona o balanço comercial negativo.

O processo de reinserção do Peru no mercado financeiro internacional pode ser constatado por meio do substancial aumento do financiamento externo no país, mas cabe lembrar que, segundo Caro (2002), a maior parte desse montante teve origem na própria privatização das empresas públicas. Ainda, de acordo com Yamamoto (2001), devemos também considerar os ingressos provenientes do narcotráfico como elementos constantes do quadro financeiro peruano, centralmente em relação à manutenção das taxas de câmbio em tipo real adotadas no período.

Entre 1990 e 1995, o quadro político-social peruano se altera com o enfraquecimento quase integral do grupo terrorista Sendero Luminoso a partir da prisão dos seus maiores líderes. O desconforto internacional com o governo autoritário de Alberto Fujimori exerceu uma pressão que levou à reabertura ao regime democrático após o autogolpe de 1992 — contudo, sua popularidade, relacionada à superação do caótico estado do país em 1990, foi suficiente para reconduzi-lo ao governo até o ano 2000.

O governo de Alberto Fujimori trouxe consigo a recentralização sob o amplo enfoque das políticas neoliberais, conseguindo bons resultados no setor econômico, mesmo com os problemas verificados em algumas opções de ação. Contudo, cabe salientar centralmente que Fujimori não conseguiu os mesmos resultados em relação aos indicadores socioeconômicos, em especial na criação de melhores empregos e na luta contra a pobreza. A “revolução capitalista” peruana (MURAKAMI, 2007) veio a encontrar seus limites no processo de queda dos indicadores do PIB, somada a uma ampla crise fiscal após 1997 que, juntamente com os escândalos de corrupção do famoso caso Montesinos¹², conduziram à derrubada do presidente Fujimori, com a sua fuga para o Japão, dando início a um novo ciclo de desenvolvimento no Peru, conforme vamos verificar a seguir.

12. Vladimiro Montesinos foi assessor político de Alberto Fujimori, controlando a inteligência nacional e segurança nesse governo, e aparece em um vídeo subornando parlamentares da oposição.

2. Desenvolvimento econômico e social (2000-2014)

Com a destituição de Fujimori, toma posse interinamente Valentín Paniagua, que conduzirá a chamada “refundação da república” (COTLER, 2011) assentada nas políticas de descentralização e participação popular — como instrumento de sedimentação do laço democrático entre sociedade civil e Estado — que atuariam como atenuador das tensões existentes no período, contando com amplo apoio popular e de todos os partidos políticos peruanos, mesmo que com menos intensidade dentro das discussões legislativas e em sua ação prática em tais espaços.

Inicialmente no campo econômico podemos verificar medidas que caminharam no sentido de ampliar as premissas neoliberais estabelecidas, tendo como base as lições das demais crises no período, bem como as novas premissas estabelecidas pelo FMI e Banco Mundial que, em alguns pontos, estavam no sentido contrário à orientação primário exportadora peruana.

O governo passou a atuar no sentido de aumentar os encargos junto a aplicações financeiras em moeda estrangeira, na manutenção do câmbio em taxas altas por meio de intervenção no mercado e da adoção de metas de inflação anuais. Tais medidas foram somadas a um processo de desdolarização da economia, a partir da transferência da dívida pública de dólares para soles. Esta medida colaborou com a estabilidade política e fiscal, como também veio a reduzir o custo do crédito e a possibilitar o aumento das reservas internacionais peruanas, para ampliar a resistência da economia em relação às volatilidades do mercado internacional (JIMÉNEZ, 2009), as chamadas medidas anticíclicas.

Tabela 3. Inflação anual, crescimento PIB e dívida PIB

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Inflação anual (%)	1,98	0,19	2,26	3,66	1,62	2,00	1,78	5,79	2,94	1,53	3,37	3,65	2,82
Crescimento do PIB (% anual)	0,21	5,02	5,16	4,96	6,28	7,53	8,52	9,14	1,05	8,45	6,45	5,95	5,82
Dívida externa (% do PIB)	52,3	50,9	50,4	46,8	37,7	32,6	32,2	28,9	29,2	29,7	27,8	30,5	-

Fonte: Banco Mundial.

Conforme podemos verificar na Tabela 3, tais medidas vieram a ampliar a atividade econômica local, bem como a garantir uma maior ossatura ao Estado na atuação econômica, reduzindo sua fragilidade internacional. A inflação também esteve dentro de parâmetros estáveis no período, demonstrando que o controle das metas inflacionárias foi efetuado de forma efetiva pelo país. Cabe ilustrar que nesse período a taxa da política monetária flutuou em níveis baixos, oscilando de cerca de 3% nos períodos de menor turbulência, até 6% após a crise econômica norte-americana de 2008.

De acordo com Jimenez, o governo de Toledo (2001-2006) fortaleceu a

exportação de produtos não tradicionais por meio dessas medidas, iniciando assim políticas que poderiam ampliar o complexo industrial do país.

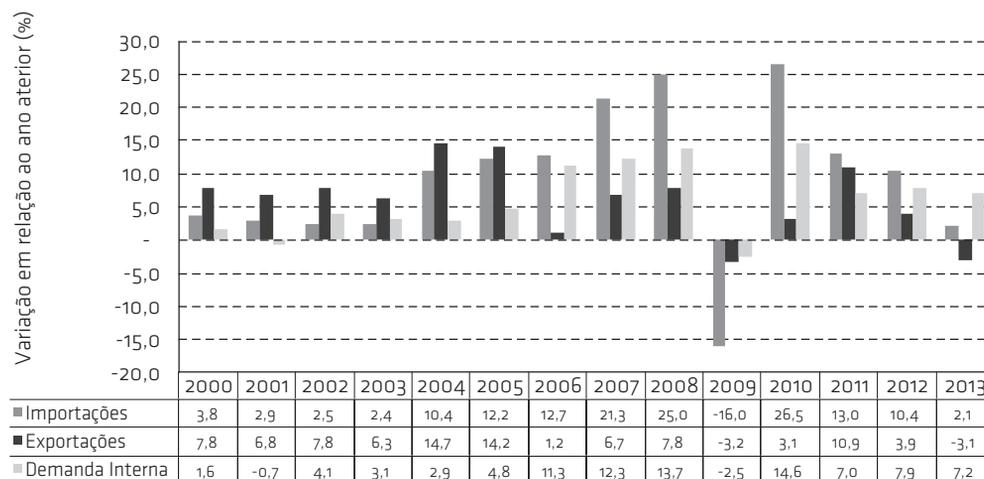
Contudo, de forma ampla verificamos que o governo de Alejandro Toledo teve como cerne de ação as premissas liberalizantes da economia, apresentando um plano econômico centrado na redução dos gastos públicos, bem como na ampliação da base contribuinte junto à população, atrelado às medidas antes listadas.

As medidas em relação às metas fiscais, controle de inflação e liberalização dos mercados se mantiveram, conforme estabelecidas no governo de Fujimori, e foram ampliadas no governo de Allan Garcia (2006-2010) por intermédio de uma série de acordos bilaterais de livre comércio.¹³

13. Com a China, Estados Unidos, Chile, Canadá, Cingapura, Tailândia, entre outros. Esses acordos diferem em termos de produtos e estrutura. Para uma informação mais aprofundada consultar dados do Ministério da Economia e Finanças do Peru <www.mef.gob.pe>.

14. Especialmente em relação à regulação da entrada do capital estrangeiro na economia peruana.

Gráfico 2.- Demanda interna – exportações e importações



Fonte: Banco Mundial.

Allan Garcia em seu governo deu um novo fôlego ao processo de crescimento exportador primário peruano, a partir de mudanças econômicas que eliminaram os incentivos concedidos por Alejandro Toledo¹⁴ a outros setores da economia local. O governo estimulou o barateamento da mão de obra para ampliar as exportações, baixou as taxas de importação de determinados produtos e firmou uma série de acordos bilaterais de livre comércio, bem como medidas econômicas que fortaleceram a entrada de moeda estrangeira no país.

De acordo com Jiménez tais medidas propostas por Garcia ampliaram a dependência da economia peruana às intempéries internacionais, pela primazia do caráter exportador em detrimento da ampliação do complexo industrial interno e da ampliação efetiva do mercado consumidor. Em suas

palavras: “Como se apostou pela estratégia exportadora neoliberal, se descuidou da expansão e da criação de mercados internos e se renunciou às políticas setoriais — como o desenvolvimento industrial — e as remunerações aumentaram”(JIMÉNEZ, 2009, p. 160).

Podemos verificar no Gráfico 2 que as importações apresentam um significativo aumento percentual no período ilustrado por Jiménez, em parâmetro amplamente superior às exportações, o que mostra que a adoção das TLCs pelo governo peruano nesse período não beneficiou o país no curto prazo. Se comparado com a FBCF no período (Tabela 4) podemos verificar que o investimento da indústria também aumentou substancialmente. Contudo, dado o caráter da balança comercial peruana, extremamente focada na exportação de petróleo e minérios, verificamos que tais insumos não foram integralmente utilizados para equipar em maquinário e tecnologia as demais áreas industriais dedicadas a produtos não tradicionais.

De acordo com Manuelito e Jimenez (2013), no período de 1990-2011, a FBCF tem uma grande intensidade em sua composição de máquinas e equipamentos — o que se acentuaria no período de 2004-2011 —, sendo os fatores responsáveis o crescimento do consumo interno e a consequente necessidade de expandir a capacidade de oferta, somados ao crédito disponível em moeda local, o que barateou os preços em moeda local dos bens de capital importados.

Tabela 4. FBCF em relação ao PIB

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
FBCF - % do PIB	17	16,1	16,8	16,7	17,6	18,3	20,3	24	23,3	25,1	24	25,8	26,6

Fonte: Banco Mundial.

Podemos verificar também que o aumento exponencial na demanda interna do país veio a estimular o processo de importações, centralmente com a abertura dos mercados por meio das TLCs, o que ao encontro dos mecanismos de dinamização da economia local via consumo interno e fomento à indústria local.

Na Tabela 5,¹⁵ podemos verificar a estrutura de exportação peruana no período, e a forma de dependência que esta tem quanto à exportação de alguns produtos-chave em sua cadeia produtiva. Em relação a categorias minerais, cabe destacar que os produtos cobre e ouro correspondem a cerca de 80% do valor destacado, fator intimamente ligado ao estrondoso aumento do valor internacional desses produtos no período — o valor original foi multiplicado por quatro.

15. As tabelas apresentam períodos irregulares devido à particularidade de cada instituto fonte utilizado, que não disponibiliza os dados de todos os anos de cada um dos elementos em estudo.

Tabela 5. Exportações – valores em US\$

Ano	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
I. Produtos tradicionais											
Pescaria	892	821	1 104	1 303	1 335	1 460	1 797	1 683	1 884	2 099	2 292
Agrícolas	216	224	325	331	574	460	686	636	975	1 672	1 075
Mineração	3 809	4 690	7 124	9 790	14 735	17 439	18 101	16 382	21 723	27 361	25 921
Petróleo e gás natural	451	621	646	1 526	1 818	2 306	2 681	1 921	3 088	4 704	4 959
II. Produtos não tradicionais											
	2 256	2 620	3 479	4 277	5 279	6 313	7 562	6 186	7 641	10 130	11 047
III. Outros											
	89	114	131	141	91	114	190	154	254	301	345
Valor Total	7 714	9 091	12 809	17 368	23 830	28 094	31 018	26 962	35 565	46 268	45 639

Fonte: Instituto Nacional de Estadística e Informática (INEI).

É interessante verificar ainda na Tabela 5 que mais uma vez a observação de Félix Jiménez quanto ao impacto negativo das políticas de Allan Garcia em relação à indústria de produtos não tradicionais se confirma, apresentando uma ligeira melhora quanto a seus indicadores após o final de seu mandato.

Tabela 6. Valor do salário mínimo

Norma legal	Data da publicação	Vigência	Unidade monetária	Valor
D.U. N° 022-2003	13.09.03	15.09.03 a 31.12.05	S/.	460,00
D.S. N° 016-2005-TR	29.12.05	01.01.06 a 30.09.07	S/.	500,00
D.S. N° 022-2007- TR	29.09.07	01.10.07 a 31.12.07	S/.	530,00
D.S. N° 022-2007- TR	29.09.07	01.01.08 a 30.11.10	S/.	550,00
D.S. N° 011-2010- TR	11.11.10	01.12.10 a 31.01.11	S/.	580,00
D.S. N° 011-2010- TR	11.11.10	01.02.11 a 13.08.11	S/.	600,00
D.S. N° 011-2011- TR	14.10.11	14.08.11 a 31.08.11	S/.	640,00
D.S. N° 011-2011- TR	14.10.11	01.09.11 a 31.05.12	S/.	675,00
D.S. N° 007-2012- TR	01.06.12	01.06.12 a data desta	S/.	750,00

Fonte: Instituto Nacional de Estadística e Informática (INEI).

Na Tabela 6 podemos verificar o aumento registrado no salário mínimo no período, que contou com um substancial acréscimo graças à eleição de Ollanta Humala para a presidência do Peru em 2011. Dentre os principais parâmetros que possibilitaram uma ampliação dos indicadores sociais do Peru são observados o aumento do poder de compra do salário dos indivíduos — não apenas pelo aumento do número de empregos no país, pois, conforme visto anteriormente, a taxa de desemprego se configurou como baixa ao longo do período analisado, mas na criação de empregos de melhor qualidade — e também a ampliação do gasto social do governo, via programas de transferência direta de renda (Tabela 9), que será explorado a seguir.

O governo de Ollanta Humala até o presente momento pode ser visto como similar aos anteriores na continuidade das políticas econômicas, podendo destacar o aumento nas despesas sociais do país, bem como o aumento do salário mínimo. Contudo, conforme citamos anteriormente, no período de 2006 a 2010 o salário passa por um processo de achatamento em virtude da política de Garcia de barateamento da mão de obra local, com o objetivo de beneficiar a indústria exportadora nacional. De acordo com o estudo de Félix Jiménez, o crescimento das exportações ocorre com os salários congelados, assim, crescem mais rápido que o próprio PIB *per capita* do país, não contribuindo para um aumento real dos salários em relação ao PIB.

Na Tabela 7 podemos constatar a forma ascendente que os investimentos externos diretos tomam na participação do PIB peruano (MANUELITO e JIMÉNEZ, 2013), não verificando substanciais perdas nem quando da crise econômica de 2008, o que aponta para os investimento de médio e longo prazo priorizados no país. Já a balança comercial de bens e serviços aponta para um enfraquecimento após a crise de 2008, que veio a apresentar uma posterior volatilidade, refletindo o comportamento internacional em relação aos preços das *commodities* exportadas pelo país. Podemos ilustrar que o valor do petróleo e dos minerais se mantendo estável colaborou com tal cenário econômico. Contudo, dada a alteração nos preços internacionais, verificada a partir do ano de 2014, tais indicadores devem sofrer uma ampla queda no Peru.

Tabela 7. IED e balança comercial

Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
IED (% do PIB)	2,23	3,99	2,31	2,43	3,48	3,96	5,37	5,70	5,31	5,69	4,83	6,36	5,03
Balança comercial de bens e serviços (% do PIB)	-2,27	-1,11	-0,03	3,43	6,02	9,37	7,12	0,32	3,95	3,11	4,07	1,45	-0,90

Fonte: Banco Mundial.

Conforme já ilustramos, a estratégia adotada de dependência à economia internacional, baseada na exportação de produtos primários, não conferiu um efetivo incentivo ao aumento da demanda estrutural interna. Desta forma, o mercado interno peruano continuou insuficiente para alavancar substancialmente a economia e fomentar o pátio industrial local. O Peru também tem como agravantes neste processo a dinâmica geográfica e demográfica (JIMÉNEZ, 2009), que concentram a economia em polos, conferindo assim um desequilíbrio quanto ao comportamento da economia em relação aos salários e infraestrutura de produção.

Segundo Infante e Chacaltana (2014), uma aposta no crescimento mediante a expansão na demanda interna poderia contrastar com os efeitos da crise

internacional de 2008, pois o aumento das importações teve um efeito negativo no mercado interno. Os acordos de livre comércio também vieram a potencializar tal processo, impactando o quadro de importações peruano. Segundo o mesmo autor, a estratégia exportadora seria limitada pela sua ampla fragilidade quanto à volatilidade externa.

De outro lado, a crise colocou em evidência o caráter dependente do modelo exportador neoliberal peruano. Este modelo não pode se sustentar no longo prazo e, menos, à margem da recuperação da economia internacional. É um modelo que não reativa nem dinamiza a demanda efetiva interna; não articula nem expande os mercados internos, nem cria empregos e remunerações estáveis. (JIMÉNEZ, 2009, p. 181)

Segundo Félix Jiménez, a aposta no crescimento mediante a expansão na demanda interna poderia contrastar com os efeitos da crise internacional de 2008, pois o aumento das importações teve um efeito negativo no mercado interno. Os acordos de livre comércio também vieram a potencializar tal processo, impactando o quadro de importações peruano. Segundo o mesmo autor, a estratégia exportadora seria limitada pela sua ampla fragilidade quanto à volatilidade externa.

Tabela 8. Principais indicadores sociais

Indicador	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Porcentagem da população em situação de pobreza	58,7	55,6	49,1	42,4	37,3	33,5	30,8	27,8
Porcentagem da população em situação de pobreza extrema	16,4	15,8	13,8	11,2	10,9	9,5	7,6	6,3
Rendimento médio real <i>per capita</i> (US\$)	150,01	151,9	169,7	200,5	219,6	224,8	248,7	261,8
Percentual de domicílios sem água	29,9	29,7	27,9	27,6	26,9	25,3	23,2	22,8
Percentual de domicílios sem acesso a saneamento básico	35,4	31,3	28,2	29,8	27,2	25,4	23,0	23,0
Percentual de domicílios sem acesso à iluminação elétrica	24,3	22,8	19,8	18,0	15,3	13,6	11,9	10,3
Taxa de desemprego urbano (Porcentagem)	7,3	7,5	6,4	6,3	6,0	5,9	5,3	5,1
Taxa de adequadamente empregados (Porcentagem)	22,2	21,3	27,4	32,7	36,9	40,0	42,3	44,8
Taxa de analfabetismo da população de 15 anos e mais (Porcentagem)	-	9,6	9,2	8,5	8,2	7,6	7,4	7,1
Gastos com educação em relação ao PIB (Porcentagem)	2,8	2,8	2,6	2,5	2,7	2,9	2,9	3,0
Proporção de crianças menores de 5 anos que sofrem de desnutrição crônica (OMS)	-	-	29,5	28,5	27,8	23,8	23,2	19,5
Taxa de acesso a qualquer tipo de seguro saúde (Porcentagem)	37,3	36,2	38,3	42,1	53,7	60,5	63,5	64,5

Fonte: Instituto Nacional de Estadística e Informática (INEI)

Diferentemente do crescimento ocorrido nos anos 1990 no Peru, no período de 2000-2014, podemos observar o mais significativo processo de inclusão social do país. Apesar de todos os elementos citados anteriormente, que não beneficiaram a estrutura econômica e a população da forma mais ampla possível, tal processo pode, mesmo a partir de seus resíduos de ação, alavancar os dados sociais do Peru, gerando um processo de maior inclusão com aumento da demanda interna do país.

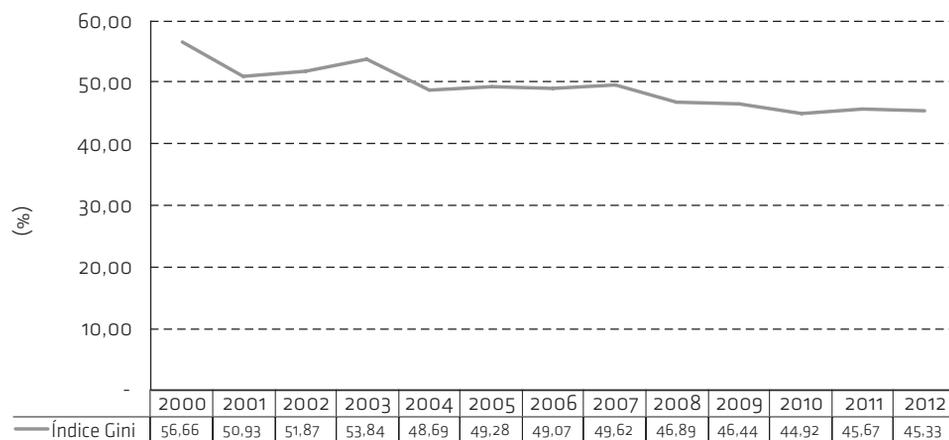
Conforme citamos anteriormente, o salário mínimo no período de Allan Garcia foi mantido sobre valores baixos para beneficiar a indústria exportadora. A indústria de perfil moderno no Peru é composta em maior amplitude pelas indústrias exportadoras, especialmente as que fabricam produtos primários exportadores centrais — e estas são aquelas que empregam formalmente os trabalhadores. Sendo assim, os aumentos do governo atingem efetivamente tal núcleo produtivo do país. De acordo com o estudo de Infante e Chacaltana, o setor informal contempla cerca de 70% do total de trabalhadores do país,¹⁶ sendo centralmente composto pelas demais atividades econômicas do país. Assim, podemos verificar o rendimento médio real *per capita* destacado na Tabela 8 de forma ascendente em taxas que independem do aumento do salário mínimo. Desta forma, o aumento do salário mínimo no país não é medida de impacto substancial na alteração do panorama econômico, tendo seu efeito prático reduzido à parte da população economicamente ativa, o que pode parcialmente explicar o processo de expansão da demanda interna, do mercado interno e da economia local, mesmo com um aumento do salário mínimo não substancial. Nas palavras dos autores: “O crescimento econômico tem cumprido sua função, permitindo um aumento na renda familiar e reduzindo as diferenças financeiras entre ricos e pobres” (INFANTE e CHACALTANA, 2014, p. 286).

Segundo os mesmos autores o processo de crescimento peruano entre 2000 e 2014 pode trazer importantes contribuições na redução dos níveis de pobreza monetária, contudo, obteve em menor medida índices mais baixos de desigualdade no país. Para ilustrar tal informação destacamos a evolução do Índice Gini¹⁷ no Peru no período de 2000 a 2012, e verificamos aqui uma substancial queda, em cerca de dez pontos percentuais, o que coloca o país em situação intermediária dentro do contexto latino-americano, superando países como Brasil, Chile, Colômbia e Paraguai, que apresentam índices mais elevados de desigualdade.

16. “A produção do setor informal representa cerca de 19% do PIB. Em 2012, o setor informal era composto de cerca de 8 milhões de unidades produtivas. Três em cada quatro trabalhadores da população economicamente ativa ocupada foram empregados em empregos informais (74%). Cerca de 57% trabalhavam em um emprego informal no setor informal (9 milhões de trabalhadores) e 17% em um emprego informal fora do setor informal (3 milhões de trabalhadores)” (INEI, 2014, p. 9).

17. Índice utilizado para verificar a desigualdade em relação à distribuição de renda em determinada sociedade. Quanto mais próximo de 0, o número aponta para uma maior distribuição e menor concentração de renda, enquanto que quanto mais próximo de 1 indica menor distribuição e maior concentração de renda.

Gráfico 3. Índice Gini



Fonte: Banco Mundial.

Cabe ilustrar que um dos elementos que possibilitou a ascensão dos salários foi exatamente a escassez de mão de obra, pois devido aos baixos índices de desemprego, com o aquecimento da economia, estes passaram por uma tendência de melhoria quanto a seus parâmetros, não se colocando como mantenedores da condição de pobreza conforme ilustrado por Caro (2002). O aumento maior da demanda em relação à oferta pode pressionar positivamente os salários, confluindo com as taxas formais e informais destacadas.

Tabela 9. Investimento socioeconômico

Orçamento liquidado do governo nacional em programas de redução da pobreza, pobreza extrema e programas de inclusão social, 2002 - 2013 (em US\$ milhões)												
Unidade executora / atividade	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Governos locais (programas descentralizados "Vaso de Leche"+Programas Sociais)	-	-	105	150	149	231	294	278	204	214	227	222
Trabalho e Promoção do Emprego ("Trabaja Peru" + "Jovenes a la Obra")	32	48	45	50	57	68	73	51	75	42	75	49
Ministerio do Desenvolvimento e Inclusão Social ("Apoyo a los más pobres JUNTOS" + "Pension 65" + Fondo de Compensación e Desenvolvimento Social + Assistência Alimentar + "Cuna Más" + "Qali Warma")	177	224	263	355	385	442	445	535	662	612	899	1108
Outros gastos para pobreza, pobreza extrema e inclusão	166	109	87	97	33	90	92	145	208	159	163	338
Outros gastos sociais	308	243	410	397	565	746	764	949	1223	1123	1876	2402

Fonte: Instituto Nacional de Estadística e Informática (INEI)

Conforme salientamos anteriormente, o aumento substancial do governo em programas sociais, bem como em programas específicos focados na redução da pobreza e da pobreza extrema, pode em larga escala dar maior liquidez à economia peruana, haja vista os percentuais de pobreza e pobreza extrema informados anteriormente que chegavam a atingir cerca de 75% da população local. Podemos verificar no quadro o substancial incremento nas taxas de investimento nos mecanismos de inclusão social, cabendo inclusive verificar a ampliação do gasto social promovido pelo governo de Ollanta Humala, que, conforme já citamos, também incrementou substancialmente o salário mínimo, conferindo assim condições para um maior dinamismo da indústria local.

Dessa forma, considerando as informações aqui descritas, vamos sequencialmente analisar tais elementos à luz das premissas teóricas que são objetivo deste artigo, de modo a compreender de forma mais ampla os mecanismos aqui observados, bem como apresentar em perspectiva os resultados observados quanto às políticas de descentralização e participação cidadã e sua influência nesse processo.

4. Análise do processo

No período autoritário de Alberto Fujimori (1990-2000) verificamos que a agenda neoliberal tomou forma — como aconteceu na maioria dos países latino-americanos. Assim, as políticas de desregulamentação do mercado deu a tônica de tal período, com um amplo processo de privatizações somado à liberalização dos mercados locais, que construíram uma base sólida para o perfil majoritário primário exportador que delineou a economia peruana no período subsequente a tal governo.

Contudo, conforme apontam os estudos de Félix Jimenez (2009), o modelo da economia peruana amplamente dependente da economia internacional veio a se apresentar extremamente vulnerável às adversidades externas, o que, na visão desse mesmo autor, viria a configurar uma insuficiência estrutural quanto à demanda interna efetiva que pudesse ter força de manter o crescimento mesmo nas situações de adversidade com origem externa. Desta forma, pudemos constatar que na crise asiática de 1997, com a fuga dos capitais internacionais do Peru, o país atravessou uma grande crise financeira, e podemos traçar aqui um paralelo aos baixos índices de investimento no setor social do país nesse período: os índices de pobreza e pobreza extrema atingiram cerca de três quartos da população, e devido às más condições de emprego e de remuneração até mesmo parte da população assalariada seguiu em condição de pobreza apesar de estar

dentro do mercado de trabalho. Dessa forma, verificamos que não houve uma redistribuição de renda oriunda da entrada de capital estrangeiro no país, mas, pelo contrário, o movimento apenas acentuou as discrepâncias locais e, paralelamente, manteve o quadro de um mercado interno reduzido e não estruturante quanto ao crescimento do setor industrial local em termos de diversificação produtiva e inovação tecnológica.

Dentro do panorama institucional, as premissas centralizadoras de tal governo, somadas à baixa confiança da população em relação ao cenário político local, vieram a confluir nos amplos poderes que o governo Fujimori teve em implementar tais mudanças estruturais. Deve-se também salientar a pouca permeabilidade deste governo às demandas sociais (MURAKAMI, 2007), justificada pelo comprometimento tecnocrático focalizado na eficiência dos processos econômicos conforme premissas estabelecidas na cartilha neoliberal, fato este que veio a ampliar as desigualdades sociais neste país ao invés de atenuá-las.

O período democrático (2000-2014) apontou para uma continuidade quanto às premissas neoliberais de mercado, tendo em vista que os dados que apontamos anteriormente puderam apenas indicar tímidas ações de restrição à entrada de capitais estrangeiros no governo de Toledo e também quanto à alteração no perfil da dívida pública. Contudo, o modelo macroeconômico de crescimento focalizado no caráter primário exportador se manteve, ainda mais acentuado no período de Alan García, que aprofundou os mecanismos de livre mercado com a ampliação dos tratados de livre comércio com alguns países, entre eles Estados Unidos e China, que vieram a impactar fortemente a balança comercial peruana.

Mesmo o governo de Ollanta Humala, de viés mais à esquerda e nacionalista, não apontou para nenhum rompimento quanto ao modelo econômico liberal colocado em pauta no Peru, seguindo assim a premissa do caráter primário exportador e não havendo nenhuma clara política focalizada na potencialização do mercado interno do país.

Contudo, o fato verificado nesses governos do período democrático foi a distribuição do capital oriundo do *boom* econômico, fruto do aumento do valor das *commodities* de exportação no mercado internacional que foi redistribuído pelo governo por meio de programas sociais com uma maior efetividade. Somado ao amplo período de tempo dessa onda de crescimento econômico, veio também a forçar os salários dos setores informal e formal a uma crescente, confluindo nos impactantes dados de melhoria nos indicadores sociais do Peru.

A fragilidade da economia peruana ainda pode ser verificada, contudo, nos dados apresentados anteriormente, que puderam mostrar que a economia do país veio a responder de modo muito mais sólido após a crise

econômica de 2008, sem a necessidade de recorrer a empréstimos externos e retomando o crescimento logo após a passagem dessa crise. Entretanto, é notável verificar que o país apresenta uma trajetória de queda nos indicadores econômicos, dado centralmente o processo chamado de a “grande desaceleração”,¹⁸ resultante da queda dos percentuais de crescimento da China, que fizeram os preços das *commodities* no mercado internacional voltarem a patamares substancialmente mais baixos. Assim, podemos verificar que o modelo peruano primário exportador vem a ser extremamente impactado por tais movimentos turbulentos da economia internacional, mas atualmente mostra uma maior maturidade em termos de estrutura de sua economia — o que pode ser atribuído à melhoria dos indicadores econômicos, como o percentual da dívida em relação ao PIB que caiu durante todo o período de crescimento, bem como a melhoria dos demais dados econômicos das contas públicas. Contudo, deve-se considerar centralmente o crescimento exponencial do mercado interno do país, que mesmo tendo sua formação regida mais por um caráter residual dentro das ações de governo do que por uma clara meta dos governos citados, veio a delinear uma estrutura econômica mais dinâmica.

De acordo com a análise da revista *The Economist*, de fevereiro de 2013 (2013), sobre o aquecimento verificado na economia peruana, o complexo da indústria local se aproveitou dos investimentos internacionais nos grandes projetos de infraestrutura voltados à exportação de produtos minerais, utilizando fatores residuais e também a reversão via impostos coletados pelo Estado — o que fomentou o crescimento do mercado interno local, fator preponderante na estruturação do complexo industrial local que se fortaleceu a partir do aumento da demanda.¹⁹

Cabe salientar que de acordo com essa mesma publicação houve uma substancial ampliação na importação de maquinário pelas companhias peruanas no período, o que vai ao encontro do estudo de Félix Jimenez em *La demanda como factor determinante del crecimiento económico* (2009), no qual, a partir de uma minuciosa análise do caráter do desenvolvimento industrial peruano, conclui que devido a incompletude desse processo as inovações técnicas dentro da economia peruana exigiriam altas taxas de crescimento durante um tempo prolongado para alterar tal quadro, confluindo em um processo de crescimento sustentável e inovação tecnológica do setor produtivo.

Em relação aos processos de descentralização e participação cidadã no Peru, verificamos que não houve uma mudança estrutural do modelo econômico nos períodos que antecedem a reforma de descentralização. E as políticas sociais tiveram maior incidência no período democrático graças à ação do governo central junto aos governos regionais e locais.

18. De acordo com coluna *Bello* - *The great deceleration*, publicada pela revista *The Economist* <http://www.economist.com/news/americas/21633940-regions-economies-have-slowed-far-more-abruptly-anyone-expected-great-deceleration>. Acesso em: 06/12/2014.

19. “Os empregos aumentam porque se expandem as requisições de mão de obra industrial quando cresce a expansão do mercado; e aumentando o tamanho deste, melhorias na organização e nas técnicas de produção, combinadas com novos investimentos, causam aumentos de produtividade no mesmo setor e na economia como um todo. Esta é a razão pela qual as alterações técnicas são endógenas em relação à expansão da produção e do mercado” (JIMENEZ, 2009, p. 93).

Paralelamente, em relação a tal processo de descentralização pudemos constatar que houve uma amplitude de problemas estruturais que se tornaram um obstáculo a tal iniciativa, tendo como elemento central a corrupção em larga escala. Um país demasiadamente centralizado em relação à esfera de poder desde os tempos de colônia não conseguiu, apenas pela ação da lei e dentro de um curto espaço de tempo, aplicar tais instâncias de descentralização de modo efetivo em relação a sua proposição legal. De acordo com McNulty (2011), tais problemas de corrupção potencialmente podem se agravar em virtude do enfraquecimento substantivo da relação entre as esferas políticas locais, regionais e nacionais, demasiadamente desarticuladas na reforma de descentralização.

De acordo com matéria da revista *The Economist* (2014), a descentralização coincidiu com o crescimento econômico, o que conferiria aos governos locais recém-criados — e não dotados da devida estrutura quanto aos mecanismos de *check and balance* e *accountability* com a utilização de controles sociais (MCNULTY, 2011) — a possibilidade de utilizar dessa ausência de controle e do amplo montante financeiro por eles geridos (cerca de dois terços da capacidade de investimento nacional) para arranjos de corrupção vinculados a distintos grupos, dentre eles o crime organizado. Tal afirmação é justificada na citação: “Dos 25 presidentes regionais na atualidade, 22 estão sendo investigados por desvios. Três estão na prisão à espera de julgamento e um quarto é fugitivo da justiça” (ECONOMIST, 2014, p. 2).

Dessa forma, podemos verificar que aparentemente não há nenhuma relação clara da instauração de tais mecanismos de participação e descentralização quanto ao período de crescimento econômico e da melhoria dos indicadores sociais do país. Contudo, não se pode negar o fator residual da implantação de tal política, que consiste no caráter de conduzir uma melhor relação entre sociedade e Estado no longo prazo, centralmente dentro da sociedade peruana, historicamente pouco adaptada à cidadania em termos de empoderamento quanto às ações do Estado (RENIQUE, 2009).

Verificamos, assim, que a descentralização é um sintoma da fragilidade da democracia peruana ao invés de sua causa (ECONOMIST, 2014), pois a necessidade da implantação dos mecanismos de participação esteve assentada na crise de representatividade dos partidos políticos, que encontraram na implantação de tal mecanismo um modo de atenuar as pressões sociais vigentes no período. Desta forma, a fragilidade da democracia peruana tem balizas históricas e reflexos no período atual (RENIQUE, 2009), e não pode ser considerada a partir dos elementos verificados neste artigo como fundamental ou relacionada ao processo de desenvolvimento econômico e social do país no período estudado.

5. Considerações finais

Diferentemente daquilo que apontam os economistas neoliberais e neo-clássicos, não pode haver crescimento econômico se não houver um amplo desenvolvimento do mercado interno e, desta forma, a melhoria quanto à distribuição de renda dentro da população é fator preponderante no processo, bem como a diminuição da dependência tecnológica externa do país (JIMENEZ, 2009).

A receita neoliberal de desregulamentação do mercado do Peru teve como efeito imediato, no período inicial de Fujimori, a manutenção dos percentuais de exclusão social do país, mesmo em um quadro de crescimento econômico. Podemos verificar como tal mecanismo não pode construir um quadro de crescimento sustentável e mesmo de melhoria quando à resistência das adversidades de origem externa.

Podemos aqui salientar que os desequilíbrios do mercado deveriam ser considerados no processo de desregulamentação (STIGLITZ, 2010), contrariando a visão dos “fundamentalistas de mercado”. Segundo Stiglitz, o Consenso de Washington pecou por não prever mecanismos de prevenção contra as externalidades negativas, o que exatamente esteve no cerne das crises financeiras no Peru. O foco deveria ser duplo, tanto na eficiência do mercado como na eficiência do Estado.

Contudo, apesar de manter o padrão econômico neoliberal de crescimento com seu caráter primário exportador de *commodities*, também verificamos como o modelo de crescimento peruano se apresenta de modo paradoxal. Apesar das ações do governo não caminharem no sentido de consolidar um projeto de diversificação de sua produção industrial com maior competitividade e da estruturação da demanda interna, esta ocorre de modo residual a partir das políticas macroeconômicas adotadas e devido às particularidades históricas do país, tal como o substancial percentual de trabalhadores do setor informal. Assim, pode confluir neste quadro de um crescimento econômico centralmente assentado na exportação de minérios — apoiados na alta dos preços no mercado internacional, que pode levar a um grande aumento do mercado interno e, conseqüentemente (em menor escala), do complexo industrial local. Contudo, conforme aponta Jimenez (2009), para a continuidade desse processo o Peru necessitaria de um quadro econômico de crescimento a altas taxas e por um longo período de tempo, o que a “grande desaceleração” vem a apontar que talvez tenha chegado ao fim.

Assim, verificamos que o desenvolvimento político-institucional e a estabilidade democrática pós Fujimori pouco influenciaram diretamente tal processo, estando mais alocado nas próprias dinâmicas de crescimento econômico dentro de um modelo liberal de mercado, somados as suas ações residuais e dos mecanismos de redistribuição a partir do Estado, podendo contribuir para tal quadro de crescimento econômico e social peruano.

§

Referências bibliográficas

- ALBUQUERQUE, F. Desarrollo económico local y descentralización en América Latina. In: *Revista de la Cepal*. San Tiago, v. 82, p. 157-171, abr. 2004.
- BANCO MUNDIAL. *Evaluación del presupuesto participativo y su relación con el presupuesto por resultados*. Lima: Tarea Asociación Gráfica Educativa, 2011.
- BARACAT, E. A. et al. The evolution of trade policy in Peru, 2001–2011. In: BARACAT, E. A. et al. *Sustaining trade reform: Institutional lessons from Argentina and Peru*. Washington: World Bank, 2013. Cap. 2, p. 15-64.
- BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. *Diccionario de política*. 13ª. ed. Brasília: UnB, 2013.
- CARO, A. R. El proceso de privatizaciones en el Perú durante el período 1991-2002. In: *SERIE Gestión pública*, v. 22. San Tiago: Cepal, 2002.
- COTLER, J. Paradoxes of development. In: CRABTREE, J. *Fractured politics: Peruvian democracy past and present*. Londres: University of London, 2011, p. 53-66.
- FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. 34ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- INEI. *Producción y empleo informal en el Peru*. Lima: Instituto Nacional de Estadística e Informática, 2014, p. 241.
- INFANTE, R.; CHACALTANA, J. *Hacia un desarrollo inclusivo: El caso de Peru*. San Tiago: Comisión Económica para América Latina y el Caribe (Cepal), 2014.
- IPEA. *Carta de Conjuntura — Junho*. Brasília: Ipea, 2013.
- JIMENEZ, F. La demanda como factor determinante del crecimiento económico. In: OLARTE, E. G. D.; IGUIÑIZ, J. *Desarrollo económico y bienestar. Homenaje a Máximo Vega-Centeno*. Lima: Departamento de Economía — Pontificia Universidad Católica del Perú, 2009. Cap. 3, p. 81-108.
- _____. La economía peruana frente a la crisis y las restricciones al crecimiento económico. In: DANCOURT, O.; JIMÉNEZ, F. *Crisis internacional. Impactos y respuestas de política económica en el Perú*. Lima: Departamento de Economía — Pontificia Universidad Católica del Perú, 2009. Cap. 5, p. 157-212.
- MANUELITO, S.; JIMÉNEZ, L. F. La inversión y el ahorro en América Latina: nuevos rasgos estilizados, requerimientos para el crecimiento y elementos de una estrategia para fortalecer su financiamiento. In: *Serie Macroeconomía del Desarrollo* n. 129. San Tiago: CEPAL, 2013.
- MCNULTY, S. L. *Voice and vote: Decentralization and participation in post-Fujimori Peru*. Stanford: Stanford University Press, 2011.
- MURAKAMI, Y. *Perú en la era del chino: la política no institucionalizada y el pueblo en busca de un salvador*. Lima: IEP, 2007.
- NUNURA, J.; FLORES, E. *El empleo en el Perú: 1990-2000*. Ministerio de trabajo y promoción social. Lima, 2001, p. 1-59.
- RENIQUE, J. L. *A revolução peruana*. São Paulo: Unesp, 2009.
- STIGLITZ, J. *O mundo em queda livre: Os Estados Unidos, o mercado livre e o naufrágio da economia mundial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- THE ECONOMIST. Peru's roaring economy hold on tight. In: *The Economist*, fev. 2013.
- _____. Divide and bribe: Corruption and political fragmentation threaten Peru's democracy. In: *The Economist*, out. 2014.
- TORRES FILHO, E. T.; PUGA, F. P. *Investimento na economia brasileira: A caminho do crescimento sustentado*. Brasília: BNDES, 2006.
- WILLIAMSON, J. *Depois do Consenso de Washington: Uma agenda para reforma econômica na América Latina*. Palestra. São Paulo: FAAP, 2003, p. 1-10.
- YAMAMOTO, G. G. *Una función de importaciones para el Perú (1990 - 1999)*. Lima: Pontificia Universidad Católica do del Perú, 2001, p. 1-22.

Recebido em 02/05/2015
e aceito em 01/06/2015.